



O Primeiro Empreendimento Inteligente · Enseada do Suaú.

Prazo para vacinação do rebanho capixaba contra a febre aftosa acaba sexta-feira e os pecuaristas que não vacinarem seus animais podem ser multados. Salário mínimo de R\$ 180 vigora neste domingo. Escelsa faz campanha para economizar energia.

Transporte de petróleo terá terminal marítimo

Leilão de 53 áreas de exploração já tem 41 empresas

Novo sistema dispensa atracadouro e utilizará dutos para levar óleo aos navios

WALTER CONDE

A Petrobras está anunciando a implantação de um novo sistema para o embarque do petróleo extraído na Fazenda Alegre, no Norte capixaba. O valor do investimento ainda não está definido, mas o escritório da Unidade de Negócios da Petrobras no Espírito Santo (UN-ES) informou ontem que o empreendimento vai estar operando, na sua totalidade, a partir de 2003.

O projeto consiste na implantação de um novo terminal para embarque marítimo, no litoral entre Linhares e São Mateus, que ocupará uma área com aproximadamente 160 mil metros quadrados, com um porte maior do que funciona hoje em Regência.

Economia

Embora os técnicos ainda não tenham fechado o custo para execução do projeto, a empresa já tem o montante da economia que ele proporcionará. Foi anunciado ontem que a implantação do novo terminal vai proporcionar uma redução no custo de transporte, de ordem de R\$ 1 milhão por mês.

A economia virá com o fim

o Terminal de Regência. O que contribuirá para a redução no custo será a implantação de um oleoduto.

Temperatura

Por ser um óleo de elevada viscosidade, a Petrobras optou pelo oleoduto, que permitirá que o produto saia do campo com uma temperatura de 85 graus Celsius, chegando ao terminal com 65 graus Celsius. Essa será a temperatura que o óleo vai chegar ao porão do navio.

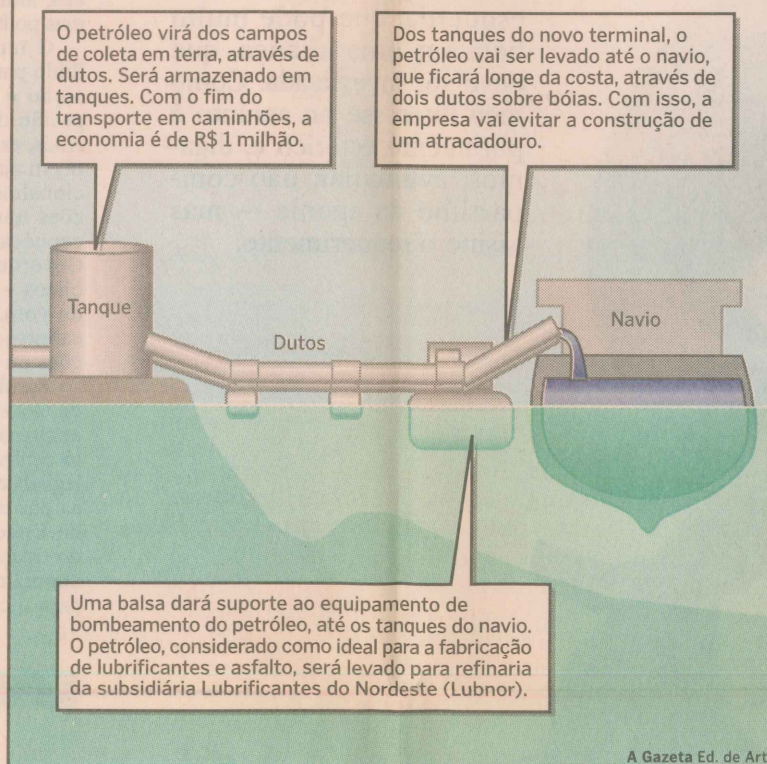
Entre o terminal e o quadro de bóias haverá dois dutos, para evitar que o óleo remanescente, após o carregamento do navio, possa vir a esfriar e dificultar o bombeamento. O navio vai transportar o óleo para as refinarias do Nordeste. Inicialmente o produto será direcionado para Salvador, na Bahia, e, numa segunda etapa, para Recife, na subsidiária Lubrificantes Nordeste (Lubnor).

A qualidade do óleo foi comprovada recentemente pelo Centro de Pesquisas da Petrobras (Cenpes), que indicou o produto para a confecção de lubrificantes e asfalto. A construção de um novo terminal não significará uma paralisação nas operações de Regência.

Nesse terminal mais antigo, a Petrobras lembra que existe espaço para a construção de mais dois tanques. Atualmente, Regência conta com quatro tanques, que possuem capacidade de armazenar 10 mil metros cúbicos em cada um deles. A ex-

Novo sistema para embarque do petróleo

A Petrobras construirá um novo terminal no litoral Norte capixaba, entre São Mateus e Linhares, até 2003.



Mesmo que o projeto seja para operar em sua totalidade a partir de 2003, a Petrobras garante que o terminal deverá ser colocado em funcionamento antes desse prazo. "Para isso, depende de compatibilizar o cronograma do projeto com o da balsa que faz o lançamento dos dutos marítimos", explica a assessoria da empresa.

A Fazenda Alegre fica locali-

nhões não é adequado, uma vez que não é possível adotar um eficiente sistema de aquecimento do óleo cru, como o que será adotado no transporte pelo oleoduto interligando Jaguaré ao local do novo terminal.

O custo mensal com o transporte do óleo até o Terminal de Regência hoje é de R\$ 1 milhão. A perspectiva de elevar a produção, e com isso os custos no

Rio - A Agência Nacional de Petróleo (ANP) informou que, até ontem, 41 companhias do mundo inteiro já pagaram taxa de participação na terceira rodada de licitação de 53 áreas de exploração de petróleo. No momento, as empresas participam de seminário no Hotel Sheraton, no Rio, para conhecer as regras do leilão, previsto para junho. Segundo Giovanni Toniatti, diretor da ANP, o número de empresas é superior aos dos últimos leilões, realizados em 1999 e 2000. Sete dessas empresas estão participando pela primeira vez de uma licitação no Brasil.

Com essas inscrições, a ANP já arrecadou US\$ 10,1 milhões, superando o valor máximo arrecadado pela ANP na primeira rodada (US\$ 9,7 milhões). Giovanni Toniatti acredita que o leilão vai superar todas as expectativas.

- Nosso objetivo é aumentar a presença de empresas no Brasil trazendo inovações tecnológicas e aumentando a competitividade e eficiência do setor - afirmou.

Compromisso

De acordo com o diretor da ANP, a agência espera que as empresas vencedoras dessa terceira rodada de licitação aumentem o compromisso de adquirir bens e serviços de empresas brasileiras. Além do preço pago por cada bloco, este é um dos critérios levados em consideração para a escolha do vencedor.

ras para aquisição de bens e serviços das empresas nacionais na fase de exploração aumentou de 25% para 41%. Na fase de desenvolvimento, aumentou de 27% para 47%. De acordo com Giovanni, alguns critérios da licitação foram alterados para permitir que pequenas empresas participem do projeto. Uma dessas mudanças foi a eliminação da obrigatoriedade de perfuração de poços no primeiro período exploratório. (AG)

ATRAÇÃO

Nove blocos estão no Estado

De um total de 53 blocos para exploração de petróleo a serem licitados em junho pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), nove estão situados no Espírito Santo. Serão duas áreas em terra, três em águas rasas e quatro em águas profundas. Os blocos marítimos estão entre a foz do Rio Doce e o litoral de Marataízes, no Sul do Estado. O bloco terrestre se encontra localizado na Região Norte. As informações sobre os blocos capixabas em terra e mar custam US\$ 120 mil (R\$ 254,91 mil). Quem optar em ter dados exclusivos sobre os blocos em terra vai pagar US\$ 20 mil (R\$ 42,48 mil). A partir

nao tenham fechado o custo para execução do projeto, a empresa já tem o montante da economia que ele proporcionará. Foi anunciado ontem que a implantação do novo terminal vai proporcionar uma redução no custo de transporte, de ordem de R\$ 1 milhão por mês.

A economia virá com o fim da utilização de carretas, que atualmente fazem o transporte do óleo cru, entre os campos de exploração da Fazenda Alegre e

significará uma paralisação nas operações de Regência.

Nesse terminal mais antigo, a Petrobras lembra que existe espaço para a construção de mais dois tanques. Atualmente, Regência conta com quatro tanques, que possuem capacidade de armazenar 10 mil metros cúbicos em cada um deles. A expansão de Regência dependerá do crescimento da produção de óleo, nos campos de exploração do Norte capixaba.

partir de 2003, a Petrobras garante que o terminal deverá ser colocado em funcionamento antes desse prazo. "Para isso, depende de compatibilizar o cronograma do projeto com o da balsa que faz o lançamento dos dutos marítimos", explica a assessoria da empresa.

A Fazenda Alegre fica localizada em Jaguaré, município localizado entre Linhares e São Mateus. Para a Petrobras, o atual sistema de transporte em cami-

eficiente sistema de aquecimento do óleo cru, como o que será adotado no transporte pelo oleoduto interligando Jaguaré ao local do novo terminal.

O custo mensal com o transporte do óleo até o Terminal de Regência hoje é de R\$ 1 milhão. A perspectiva de elevar a produção, e com isso os custos no transporte, pesou na decisão da empresa de optar pela construção do novo terminal e de três reservatórios.

ANP, a agência espera que as empresas vencedoras dessa terceira rodada de licitação aumentem o compromisso de adquirir bens e serviços de empresas brasileiras. Além do preço pago por cada bloco, este é um dos critérios levados em consideração para a escolha do vencedor.

Ele explicou que da primeira para a segunda rodada de licitação, o nível de comprometimento das empresas estrangei-

se encontra localizado na Região Norte. As informações sobre os blocos capixabas em terra e mar custam US\$ 120 mil (R\$ 254,91 mil). Quem optar em ter dados exclusivos sobre os blocos em terra vai pagar US\$ 20 mil (R\$ 42,48 mil). A partir de 31 de março, haverá um acréscimo de 25% no valor dos pacotes de dados.

Petrobras ganha mais prazo do TCU

Brasília - O Tribunal de Contas de União (TCU) prorrogou, ontem, por dois anos, o prazo para que a Petrobras coloque em operação 34 campos de petróleo ou devolva estas áreas para que a Agência Nacional do Petróleo (ANP) faça nova licitação. Outros dois campos tiveram o prazo prorrogado por seis anos. Na decisão, os ministros do TCU acolheram recurso da Petrobras e da agência reguladora. Elas alegavam que se fosse cumprido aquilo que determina a Lei do Petróleo, a estatal teria que entregar à ANP, no dia 6 de agosto, os campos que ainda não estão produzindo petróleo e gás.

Isso implicaria em prejuízos, segundo afirmou a estatal, de US\$ 5 bilhões para os negócios da companhia já que algumas destas áreas tiveram contratos firmados com empresas privadas. Foi alegado também que, se fosse mantida a determinação, a Petrobras teria de devolver os campos petrolíferos e com isso haveria danos para a imagem do País no exterior. As metas de produção de óleo, inclusive com a auto-suficiência, também não seriam atingidas em 2005, conforme prevê o governo.

Decisão

O ministro do TCU Adylson Motta determinou, em novembro do ano passado, que o acordo firmado entre a Petrobras e a ANP, que prorrogava o prazo estabelecido na Lei do Petróleo, deveria ser anulado. Com esta decisão do tribunal, a estatal se viu obrigada a se desfazer das parcerias estabelecidas inclusive com conglomerados estrangeiros.

A lei fixou em 36 meses o prazo para que a companhia co-

locasse em operação os poços que escolheu sem qualquer tipo de licitação. Ou seja, em agosto de 1998, além dos 115 poços que já operava, a Petrobras teve direito de ficar com 36 áreas e entregou à ANP as bacias restantes. De lá para cá, a empresa veio alavancando parcerias e, como o prazo iria terminar em agosto próximo, a ANP achou conveniente prorrogá-lo.

Para tentar modificar a decisão do TCU, a agência reguladora e a Petrobras apresentaram uma série de fatores que levaram, inclusive, ao atraso dos investimentos nestas áreas. Um destes pontos foi que a Lei do Petróleo teve a regulamentação atrasada em um ano, fato que teria dificultado as parcerias da Petrobras. A crise financeira de 1998 também foi usada como justificativa para problemas de aporte de capital para os investimentos.

Gasolina

O presidente da Petrobras, Henri Philippe Reichstul, tomou conhecimento da decisão do TCU no instante que participava de debate com deputados no Congresso Nacional. Segundo Reichstul a medida vai permitir que a estatal dê continuidade ao processo de exploração destes campos.

O executivo informou também que o acidente com a plataforma P-36, que provocou uma redução de 84 mil barris/dia na produção do País não impedirá que o governo anuncie, na próxima semana, a redução do preço do litro da gasolina nas bombas. "O acidente não vai interferir na decisão de reduzir os preços da gasolina e os consumidores terão uma boa notícia na próxima semana", garantiu. (AE)